

A formação docente na perspectiva antirracista: reflexões a partir da leitura de como ser um educador antirracista

Teacher training from an anti-racist perspective: reflections based on reading how to be an anti-racist educator

La formación docente desde una perspectiva antirracista: reflexiones a partir de la lectura cómo ser un educador antirracista

Ensino & Humanidades

SILVA, Silvia Cristina Rodrigues da

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

cristina-sofia18@outlook.com // <https://orcid.org/0009-0006-0504-3300>

CARVALHO, Cristiane Raquel Souza de

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

chriscarvalhoraquel@gmail.com // <https://orcid.org/0009-0002-4582-3687>

Resumo:

O estudo tem como objetivo examinar as contribuições da obra “Como ser um educador antirracista”, de Bárbara Carine Soares Pinheiro para a prática pedagógica na educação básica, bem como refletir sobre seus aportes teórico-epistemológicos para pesquisas em desenvolvimento no campo da educação das relações étnico-raciais. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, orientada por abordagem analítico-interpretativa, em diálogo com referenciais que problematizam o racismo estrutural, a formação docente e as políticas educacionais brasileiras, especialmente a legislação que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. A análise evidencia que a obra não se configura como manual prescritivo de práticas pedagógicas, mas como provocação epistemológica que tensiona concepções tradicionais de currículo e formação docente. Ao propor o enfrentamento do racismo como dimensão estruturante das relações sociais e escolares, o texto convoca educadores a assumirem posicionamento ético-político comprometido com a transformação das práticas educativas. Destaca-se, ainda, a centralidade da ancestralidade, da memória e da valorização de saberes historicamente silenciados como princípios formativos capazes de reorientar a ação pedagógica. Conclui-se que a constituição de uma prática docente antirracista exige articulação entre reflexão crítica, compromisso político e revisão curricular, implicando a superação de abordagens pontuais ou comemorativas. A formação do educador antirracista, nesse sentido, configura-se como processo contínuo de deslocamento epistemológico e reconfiguração das práticas escolares, orientado pela justiça social e pela equidade racial.

Palavras-chave: Educação antirracista; Formação docente; Relações étnico-raciais.

Abstract:

This study aims to examine the contributions of the work “How to Be an Antiracist Educator” by Bárbara Carine Soares Pinheiro to pedagogical practice in basic education, as well as to reflect on its theoretical and epistemological contributions to ongoing research in the field of ethnic-racial relations education. It is a qualitative, bibliographic study guided by an analytical-interpretative approach, engaging with theoretical frameworks that problematize structural racism, teacher education, and Brazilian educational policies, particularly the legislation mandating the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture. The analysis demonstrates that the book does not constitute a prescriptive manual of pedagogical practices, but rather an epistemological provocation that challenges traditional conceptions of curriculum and teacher education. By proposing the confrontation of racism as a structuring dimension of social and school relations, the text calls upon educators to adopt an ethical-political stance committed to transforming educational practices. It also highlights the centrality of ancestry, memory, and the valorization of historically silenced forms of knowledge as formative principles capable of reorienting pedagogical action. The study concludes that the constitution of an antiracist teaching practice requires articulation between critical reflection, political commitment, and curricular revision, implying the overcoming of sporadic or commemorative approaches. In this sense, the formation of the antiracist educator is configured as a continuous process of epistemological displacement and reconfiguration of school practices, guided by social justice and racial equity.

Keywords: Antiracist education; Teacher education; Ethnic-racial relations.

Resumen:

El estudio tiene como objetivo examinar las contribuciones de la obra “Cómo ser un educador antirracista”, de Bárbara Carine Soares Pinheiro, para la práctica pedagógica en la educación básica y reflexionar sobre sus aportes teórico-epistemológicos para investigaciones en el campo de la educación de las relaciones étnico-raciales. Se trata de una investigación cualitativa de naturaleza bibliográfica, orientada por un enfoque analítico-interpretativo, en diálogo con marcos teóricos que problematizan el racismo estructural, la formación docente y las políticas educativas brasileñas, especialmente la legislación que establece la obligatoriedad de la enseñanza de la historia y cultura afrobrasileña y africana. El análisis revela que la obra no es un manual prescriptivo de prácticas pedagógicas, sino una provocación epistemológica que cuestiona las concepciones tradicionales de currículo y formación docente. Al proponer el racismo como una dimensión estructural de las relaciones sociales y escolares, el texto invita a los educadores a adoptar una postura ética-política comprometida con la transformación de las prácticas educativas. Se destaca la centralidad de la ancestralidad, la memoria y la valorización de saberes históricamente silenciados como principios formativos capaces de reorientar la acción pedagógica. En conclusión, la constitución de una práctica docente antirracista exige una articulación entre reflexión crítica, compromiso político y revisión curricular, superando enfoques puntuales. Así, la formación del educador antirracista se configura como un proceso continuo de reconfiguración de las prácticas escolares, guiado por la justicia social y la equidad racial.

Palabras claves: Educación antirracista; Formación docente; Relaciones étnico-raciales.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido historicamente estruturada sob a colonialidade do saber, do poder e do ser. Embora avanços legislativos tenham sido conquistados, como a alteração da Lei nº 9.394/1996 pela Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos ensinos fundamental e médio, tanto públicos quanto privados, o currículo escolar, em diversos contextos, ainda se orienta por referenciais eurocêntricos e monoculturais. A referida Lei determina que o sistema de ensino inclua o estudo da História da África, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra e do papel do negro na formação da sociedade nacional (Brasil, 2003), porém, sua implementação permanece limitada, refletindo a continuidade de um modelo curricular excludente.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, não só fortalece a identidade da população negra, mas também enriquece toda a sociedade brasileira ao promover uma educação mais inclusiva (Pinheiro, 2023, p. 99). Para isso, é essencial que os educadores adotem uma postura antirracista, valorizando a cultura afro-brasileira e desafiando as narrativas eurocêntricas no currículo escolar. Ao ensinar sobre a história da África, a luta dos negros no Brasil e a cultura negra, os professores têm a responsabilidade de proporcionar aos alunos conhecimentos ancestrais, criando um ambiente que favorece a construção de uma sociedade mais igualitária, onde todos se sintam representados e respeitados.

A escolha da temática deste artigo emergiu da experiência de leitura compartilhada da obra “Como ser um educador antirracista”, lançado em 2023, da professora doutora Bárbara Carine Soares Pinheiro, realizada por nós pesquisadoras e professoras da rede pública de ensino. Esse livro foi vencedor do Prêmio Jabuti em 2024, o mais tradicional prêmio literário no Brasil, a leitura não se constituiu apenas como etapa teórica de nossas pesquisas em andamento, mas como processo formativo que nos atravessou enquanto educadoras e pesquisadoras negras.



A realização deste estudo justifica-se pela necessidade urgente de enfrentar o racismo que atravessa a sociedade brasileira e se manifesta cotidianamente no espaço escolar. A educação ocupa lugar estratégico na formação crítica dos sujeitos, sendo o educador agente central nesse processo. Diante disso, questiona-se: de que modo a obra “Como ser um educador antirracista” contribui para a construção de práticas docentes comprometidas com a educação das relações étnico-raciais? Assim, este estudo, de natureza bibliográfica, tem como objetivo analisar as contribuições teóricas da obra e suas implicações para a formação de professores orientados pela justiça social e pela equidade racial.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica, conforme os pressupostos de Gil (2008, p. 15). A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela possibilidade de apreender, em profundidade, conceitos, categorias analíticas e implicações formativas relacionadas à educação antirracista e às práticas docentes.

O estudo fundamenta-se na análise da obra “Como ser um educador antirracista” de Pinheiro (2023), tomada como fonte principal, em diálogo com autores que problematizam o racismo estrutural, a branquitude e as relações étnico-raciais, tais como Cavalleiro (2024), Bento (2022), Almeida (2019) e Carneiro (2023). Também foram consideradas normativas educacionais, especialmente a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Como procedimento metodológico, realizou-se leitura analítica e interpretativa das obras selecionadas, articulando os referenciais teóricos com o contexto educacional brasileiro e com as exigências legais vigentes. A análise desenvolveu-se de modo crítico-reflexivo, buscando compreender em que medida a obra contribui para a formação do professor antirracista e para o

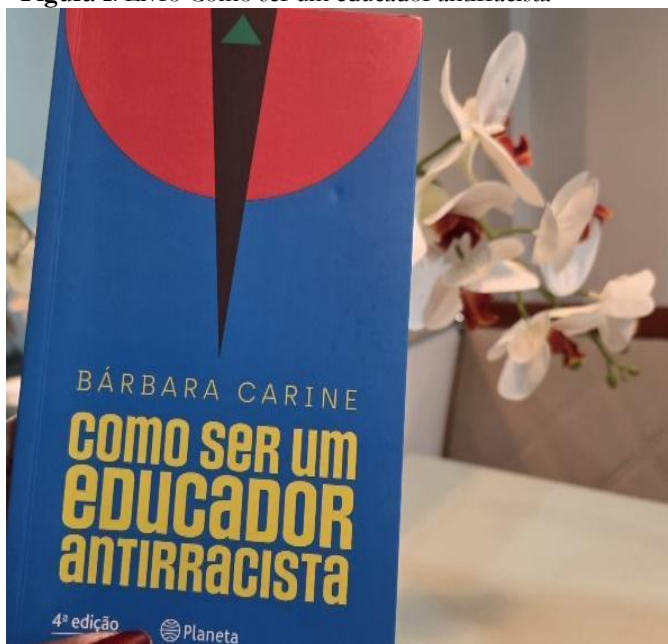
enfrentamento do racismo no espaço escolar, à luz das diretrizes educacionais e do debate acadêmico contemporâneo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Breve apresentação da obra

Bárbara Carine é uma mulher negra, natural da Bahia, professora do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia (UFBA), escritora e pesquisadora. Atua também como influenciadora digital, conhecida nas redes sociais como “intelectual diferentona”, utiliza as redes sociais como espaço de divulgação científica e debate educacional, além de ser idealizadora da Escola Afro-brasileira Maria Felipa, projeto voltado à valorização da educação antirracista.

Figura 1: Livro Como ser um educador antirracista



Fonte das autoras.

A autora constrói uma análise crítica sobre o cenário educacional brasileiro, defendendo a incorporação do antirracismo como um princípio estruturante das práticas pedagógicas, da

formação inicial e continuada de professores. Para a autora, o antirracismo é um elemento essencial para a construção de uma educação equitativa e socialmente justa. Nesse contexto, o papel do professor é central no combate ao racismo, visto que ele é um formador de memória coletiva, um mediador entre o passado e o futuro. O educador tem a responsabilidade de problematizar, questionar fatos e concepções historicamente produzidos, contribuindo para a construção de sujeitos críticos, conscientes, capazes de reconhecer e enfrentar as desigualdades estruturais.

A Pinheiro (2023, p. 35) busca em seu estudo apontar caminhos emancipatórios para a educação das relações étnico-raciais e racializar o olhar educador em torno de suas práticas docentes. Abordando os seguintes assuntos: Eu professor branco, posso ser antirracista? Um caso de racismo como atuar? Como pensar em práticas antirracistas em sala de aula? Diversidade não se constrói, se celebra! Sou contra as cotas, pois o necessário é melhorar a escola básica; como ser um educador antirracista.

A obra é apresentada com a ressalva de que não constitui um manual prescritivo. A autora caracteriza o racismo como um “crime perfeito”, continuamente atualizado na sociedade brasileira, cuja base histórica remonta ao colonialismo e à construção pseudo-científica da ideia de raça para legitimar a escravidão. Esse processo produziu a inferiorização da população negra e a naturalização dos privilégios da branquitude nos espaços de poder. Pinheiro (2023, p. 25-26) argumenta que a escola reproduz a colonialidade do saber, do poder e do ser, por meio de currículos eurocentrados e práticas que reiteram o racismo estrutural. Assim, o ambiente escolar permanece marcado pela baixa representatividade negra e pela manutenção de hierarquias históricas.

A importância da representatividade na Educação Antirracista

O padrão de beleza branco tem se consolidado como ideal socialmente desejável, levando crianças não brancas a internalizar e aspirar essa estética (Cavalleiro, 2025, p. 65), o que revela os efeitos persistentes do racismo na formação das identidades. Ao falarmos de representatividade, termo amplamente discutido pelos movimentos negros, evidencia-se a necessidade de uma

representação positiva da população negra no ambiente escolar. É fundamental que crianças e jovens conheçam a história e as contribuições do povo negro para além do processo de escravidão, rompendo com narrativas restritas e estigmatizantes.

A representatividade é tão importante: onde a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta (Pinheiro, 2023, p. 20). Assim, tornar visíveis trajetórias, saberes, referências negras no espaço escolar é essencial para a construção da identidade, da autoestima e das perspectivas de futuro de estudantes negros. A ausência de representatividade impacta diretamente a constituição subjetiva dos estudantes. Como afirma a autora, onde não nos vemos, não nos projetamos. A presença de referências positivas negras e indígenas no currículo amplia horizontes de pertencimento e identidade.

Os brancos se veem ocupando espaços de poder, isso já se caracteriza como um privilégio, pois os negros só se veem em lugar de subserviência, reflexo das desigualdades históricas. A leitura nos traz questionamentos e provocações, que nos fazem pensar: Por que as escolas não discutem sobre o privilégio branco? Por que as pessoas brancas não são racializadas? Por que não falar nas escolas das consequências dos atos criminosos dos escravocratas? Por que se envergonhar de antepassados escravizados e não se orgulhar do seu legado? Por que as escolas não falam da África e suas potências de seus antepassados as descobertas, pioneirismo científico e suas técnicas importantes para o desenvolvimento humano?

Segundo Bento (2022, p. 8), os privilégios da branquitude na sociedade brasileira sustentam-se por pactos de autopreservação que asseguram interesses e posições de poder. Tais pactos consolidam a centralidade da branquitude como referência normativa, relegando a população negra a lugares de inferiorização, subserviência, apagamento histórico de suas contribuições sociais, culturais e políticas.

A Educação Antirracista para Bárbara Carine Soares Pinheiro

Para Pinheiro (2023, p. 89), as práticas antirracistas em sala de aula devem ser pensadas para a denúncia do racismo, atividades com bases africanas ou indígenas que apresentem a estética, a política, ética, que estimule a compreensão do modo de ser, estar, criar e reproduzir dos povos. Um dos eixos centrais da obra é a valorização da ancestralidade como princípio pedagógico. Ao recorrer ao símbolo Sankofa, oriundo da tradição africana, a autora afirma que não é possível construir um futuro equitativo sem revisitar criticamente o passado.

A autora fala que a educação antirracista deve ser pensada em uma perspectiva adinkras, que traz simbologias de países africanos, dos povos Akan, região onde ficam situados Gama e Costa do Marfim. São símbolos ideográficos que representam valores, ideias e provérbios, Sankofa é um dos Adinkras mais populares, um pássaro com os pés no chão, cabeça virada para trás, segurando um ovo, que significa que o pássaro voa para frente sem esquecer o passado, o que diz Cavalleiro (2024, p. 98), aprender com o passado, construir sobre as fundações do passado. Em outras, volte às suas raízes e construa sobre elas, para o desenvolvimento, o progresso e a prosperidade de sua comunidade em todos os aspectos da realização humana.

Assim deve ser a educação do povo brasileiro, povo tão plural e diverso, estabelecido pela Lei 9394/93 em que versa sobre e a Lei 10.639/2003 que institui o Ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana, para que os estudantes brasileiros conheçam e valorizem a contribuição destes para a construção do povo brasileiro.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afrobrasileira e indígena (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Brasil, 1996).

No capítulo “Como pensar práticas antirracistas em sala de aula?”, a autora afirma que essa é, possivelmente, a parte mais aguardada do livro. No entanto, esclarece que não apresentará uma “receita de bolo” pronta para ser seguida. Em vez disso, propõe práticas inspiradas na cosmopercepção africana e indígena, distanciando-se do pensamento eurocêntrico ocidental e valorizando uma perspectiva voltada para a coletividade. Nesse contexto, menciona culturas que vivenciam a filosofia do Ubuntu, fundamentada na ideia de que “eu sou porque nós somos”, evidenciando a interdependência humana e a necessidade do outro para a realização de objetivos, destacando a importância dos anciãos, reconhecidos como sábios e detentores de amplo conhecimento de mundo, figuras essenciais para a preservação e transmissão da história e da cultura de um povo.

Traz referência a sua Escola Afro-brasileira Maria Felipa, instituição oferece educação infantil e fundamental, projeto afrocentrado que articula com a legislação educacional, visa trabalhar comunidade, ancestralidade, identidade dos alunos, construir positivamente as referências, ao apresentar figuras negras e indígenas em posição de poder. Sabemos que o espaço de poder, é resultado de conflitos sociais, apesar de um país diverso e plural, nas instituições, pessoas negras raramente ocupam cargos de liderança e gestão. Almeida (2018, p. 31) diz que as instituições reproduzem os conflitos sociais, de determinados grupos sociais, usam ferramentas institucionais para impor seus interesses e manter sua hegemonia, dessa forma as escolas também cooperam para a manutenção do poder da branquitude.

O ambiente escolar é um espaço de enfrentamento ao racismo, quando amplia as referências positivas, possibilita a desconstrução de estereótipos, baseadas em práticas de respeito às diferenças, outro fator importante é a celebração da diversidade, a consciência de valorização vai além do discurso, como diz Pinheiro:

Mas eu já tinha a compreensão de que não se constrói consciência de valorização do diverso apenas no campo retórico (ler sobre e ouvir sobre é importante, mas insuficiente). É importante viver a diversidade em todas as instâncias da vida,

entendendo que é só convivendo com a pluralidade que efetivamente cresceremos com ela (Pinheiro, 2023, p.125).

Nesse sentido, a autora exemplifica essa prática ao mencionar sua escola, onde há profissionais oriundos de diversos grupos historicamente marginalizados, evidenciando um compromisso com o coletivo, o combate às estratégias de exclusão e a não reprodução de estigmas sociais. Outro ponto relevante refere-se à discussão da forma como a autora compreende as cotas, como mecanismo de equidade e reparação histórica, não como privilégio. Ao reconhecer desigualdades estruturais no acesso à educação superior, tais políticas buscam reduzir distâncias historicamente produzidas.

O calendário escolar e a representatividade

A autora propõe um calendário decolonial e antirracista, ressignificando o tempo escolar para valorizar marcos históricos e culturais afro-brasileiros, africanos e indígenas (Pinheiro, 2023, p. 101). Essa proposta vai além das exigências legais, transforma o calendário em um instrumento pedagógico, político, promovendo a identidade e a memória desses povos.

Ao observarmos os calendários escolares das instituições onde trabalhamos, que são organizados conforme as diretrizes das Secretarias Municipais de Educação, garantindo os 200 dias letivos e a carga horária mínima anual, com ênfase nos feriados civis. Essa organização visa assegurar a regularidade administrativa e o funcionamento das escolas. Uma perspectiva muito diferente da Escola Afro-brasileira Maria Felipa, que adota esse modelo de calendário, integrando as culturas afro-brasileiras e indígenas no planejamento do ano letivo, tornando o tempo escolar um espaço de valorização da representatividade e do pertencimento, além disso, a autora enfatiza que a educação antirracista não pode restringir-se a ações pontuais ou comemorativas.

Para que esses municípios adotem um calendário decolonial, que valorize as representatividades, será necessária uma reorganização curricular, a partir de uma revisão

epistemológica, deslocando o centro das narrativas históricas e reconhecendo a pluralidade de matrizes civilizatórias que constituem a sociedade brasileira.

Figura 2: Livro Calendário decolonial da Escola Afro-brasileira Maria Felipa

Calendário decolonial da Escola Afro-brasileira Maria Felipa		
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
Lavagem do Bonfim	02 Festa de Iemanjá	08 Dia Internacional do Direito das Mulheres
21 Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa	21 Lavagem de Itapua	14 Marielle Vive
25 Revolta dos Malês (1835)	Carnaval (artistas negres, blocos afros e indígenas)	21 Festa ou Corrida do Umbu (indígenas Pankararu)
		21 Dia da Poesia
		22 Dia da Água
		23 Dia do Circo

Calendário decolonial da Escola Afro-brasileira Maria Felipa		
ABRIL	MAIO	JUNHO
Festa do Toré	01 Dia da Trabalhadora e do Trabalhador	05 Dia do Meio Ambiente
Feijoada de Ogum e Mitologia de Oxóssi	13 Pessoas Negras Ícones da Abolição da Escravidão	Santos Juninos
Páscoa Cristã	22 Dia da Memória dos Povos Originários	Solstícios Egípcios
29 Dia da Dança	25 Dia Mundial da África	Festa Indígena Inti Raymi
		Fogueira de Xangô
		16 Dia Internacional da Criança Africana
		28 Dia da Diversidade

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Julho das Pretas	09 Dia Internacional dos Povos Indígenas	Dia da Família
02 Independência do Brasil na Bahia / História da nossa heroína Maria Felipa	11 Dia da/do Estudante	25 Dia do Trânsito
25 Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha	12 Revolta dos Búzios	27 Cosme e Damião / Erês
26 Mitologia de Nanã	13 Festa da Irmandade da Boa Morte	
	16 Mitologia de Omolu e Obaluaê	
	Marcha das Margaridas (Dia do Campo)	

OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
01 Dia da Música	20 Dia da Consciência Negra	02 Dia Nacional do Samba
12 Dia das Crianças / História de Nossa Senhora Aparecida	22 Revolta da Chibata	04 Mitologia de Iansã
15 Dia das Professoras e dos Professores	25 Dia Nacional das Baianas de Acarajé	25 Natal Cristão
Festa das Águas (Pataxó)		26 Kwanzaa

Fonte: adaptada dos materiais usados na Escola Afro-brasileira Maria Felipa.

Fonte das autoras

Para que uma escola se proponha a ser verdadeiramente antirracista, é fundamental que ofereça uma formação contínua e abrangente para seus educadores, que deve ocorrer no contexto do letramento racial, envolvendo reflexões sobre questões de gênero, classe social, sexualidade e infância. Além disso, a afetividade e os aspectos relacionados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) precisam ser incorporados nesse processo formativo. Compreender esses temas e aplicá-

los de forma transversal no currículo escolar contribui para uma educação mais inclusiva, consciente, em que as identidades, as vivências dos alunos são respeitadas e valorizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra sustenta que a formação do professor antirracista exige a desconstrução de pressupostos internalizados ao longo da trajetória escolar e acadêmica, reconhecendo que aprender e desaprender implicam tensão, revisão crítica e enfrentamento de privilégios. A experiência da Escola Maria Felipa evidencia que práticas antirracistas demandam compromisso institucional coletivo, articulado ao projeto político-pedagógico, e não apenas iniciativas isoladas em sala de aula.

A educação antirracista requer revisão crítica do currículo e dos materiais didáticos, ampliação da representatividade, formação continuada comprometida com a equidade racial, reconhecimento do racismo estrutural como dimensão institucional. Conclui-se que a educação antirracista não constitui complemento curricular, mas princípio estruturante da prática docente e da organização escolar, implicando revisão contínua, compromisso coletivo e responsabilidade social na construção de horizontes educativos orientados pela justiça racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Selo Negro, 2024.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed., 13. reimpr. São Paulo: Contexto, 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil**: uma breve discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação 2005.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.